

Minc defende investimentos mundiais para combater desertificação

Enviado por Ascom MMA

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao chegar nesta segunda-feira (28/9) em Buenos Aires, na Argentina, para participar da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP-9), disse que defenderá investimentos mundiais da ordem de US\$ 150 bilhões em ações de adaptação em áreas do semiárido e desérticas do mundo atingidas pelo aquecimento global devido às mudanças climáticas. Ele fará conferência nesta terça-feira (29/9) sobre o tema.

Diante da expectativa de que na Convenção sobre Mudança do Clima (COP-15), que ocorre de 7 a 18 de dezembro em Copenhague (Dinamarca), os países fechem acordo sobre a criação de um fundo de adaptação de US\$ 400 bilhões, Minc acredita que seria importante que desse montante, cerca de US\$ 150 bilhões fossem aplicados em regiões desérticas e do semiárido ao redor do planeta.

No caso do Brasil, o ministro enfatizou a importância de serem aplicados recursos brasileiros e mundiais na região Nordeste, onde vivem 30 milhões de pessoas. Segundo ele, o Brasil é o país com o maior número de habitantes em uma região semiárida.

Segundo ele, caso a temperatura global suba dois graus até o final do século, o Nordeste perderia cerca de um terço de sua economia. Daí a necessidade de investimentos maciços em ações de adaptação para evitar um desastre maior na região.

O ministro do Meio Ambiente acredita que o Congresso brasileiro aprovará, até o final de outubro, projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, com 10% de royalties do petróleo, o que garantiria cerca de R\$ 1 bilhão por ano para ações de combate aos efeitos das mudanças climáticas. Ele também defendeu que metade desses recursos seja aplicada no Nordeste.

Em sua fala nesta terça-feira (29/9), o ministro defenderá, junto aos participantes, acordos de "ecossolidariedade" com a África, continente com regiões semiáridas que sofrem com a ação da desertificação. Minc defenderá ainda que o Brasil, por exemplo, apoie, com transferência de know-how e tecnologia, empreendimentos de plantação de cana-de-açúcar visando à produção de etanol, com exceção de áreas onde se produz alimentos.

O ministro também vai apresentar a proposta brasileira sobre pagamento por serviços ambientais para recuperação, por exemplo, de matas ciliares nas margens dos rios e o uso de serviço de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como é feito na Amazônia, para monitoramento de áreas verdes na África, a fim de evitar a degradação ambiental.

COP-9 - A cúpula das Nações Unidas sobre desertificação começou no dia 21 de setembro e vai até o dia 2 de outubro. Além do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, participam do encontro o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do MMA, Egon Krakhecke e o coordenador do Programa de Combate à Desertificação, José Roberto Lima.

Durante a reunião, o Governo Brasileiro pretende anunciar a articulação de um grande pacto nacional para a construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o semiárido, região onde estão localizados 11 estados brasileiros, sendo 9 nordestinos mais Minas Gerais e Espírito Santo. O Governo também vai informar sobre a implementação do Programa Nacional de Combate à Desertificação (PAN/Brasil) que é o norteador para a realização dos planos estaduais de combate à desertificação. De acordo com estudos já divulgados, as consequências do processo de desertificação serão devastadoras para o nordeste brasileiro. O Produto Interno Bruto (PIB) da região será afetado negativamente como efeito da mudança climática global. A previsão é de que a economia local sofra uma retração de até 15%. O quadro completo sobre as consequências do evento climático também será apresentado pelo Governo durante o evento.